

Antropólogos estudarão suicídios indígenas

Dois profissionais foram contratados pela Funai. Eles vão visitar aldeias no Sul do Estado

A Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília já contratou dois antropólogos para investigar as causas dos suicídios nas aldeias da região Sul do Estado, revelou esta semana o administrador regional do órgão no município, Virgílio Clemente. Eles devem fazer visitas às reservas dos índios guaranis/caiuá. O número de casos de suicídio aumentou bastante este mês: são sete ocorrências e uma que ainda está sendo investigada e por esse motivo não foi confirmada.

Além do suicídio, os índios enfrentam problemas com alcoolismo, que tem feito aumentar atos de violência e crimes nas reservas. A Funai em Amambai está fazendo uma campanha para diminuir o consumo de álcool entre os indígenas, afirmou Virgílio Clemente.

Com relação aos casos de suicídio, as aldeias mais atingidas estão no município de Caarapó, onde já ocorreram quatro casos este ano, de acordo com estatísticas da Funai, jurisdição de Amambai.

Em 1991, órgãos não governamentais e a Funai fizeram um estudo sobre a situação na Reserva Indígena de Dourados, onde desde 1986 aconteceram pelo menos 60 suicídios. Os resultados das pesquisas até agora não foram divulgados.



A briga pela posse da terra é constante nas aldeias do Estado

Entre 1986 e este mês já foram registrados pelo menos 159 casos de suicídio entre os cerca de 30 mil guaranis que vivem na região Sul do Estado. Somente em 1993, foram 34 casos e se a incidência verificada este mês se manter, essa situa-

ção pode se repetir neste ano.

Problemas

Os índios guaranis enfrentam problemas principalmente relacionados com a falta de terras e superlotação de aldeias. Em Dourados, por exemplo, são cerca de 3 mil hectares para mais

de 9 mil indígenas. Essa aldeia ainda está localizada próxima à cidade, facilitando a entrada de bebida alcoólica na reserva.

No que diz respeito à falta de terra, os índios disputam suas reservas, embora demarcada e homologada como terras indíge-

Cimi cobra definições

O crescimento do número de suicídios entre os índios Guaranis-caiuás, do Sul do Estado, é motivado principalmente pela falta de uma política indigenista que privilegie a demarcação das reservas. A opinião é do membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Nereu Schneider. Ele critica qualquer posição que defenda o fim das áreas demarcadas como forma de integração dos índios e afirma a necessidade de se considerar o espaço ocupado historicamente pelo índio na hora de se demarcar o território.

Segundo Nereu, é a partir da falta de terras que o índio não possui capacidade de desenvolver uma economia agrária que lhe dê subsistência. O resultado é a pobreza e a desilusão, que desemboca no elevado número de suicídios. "Mas a visão que predomina é a exploração do índio como uma reserva em potencial de trabalho escravo", afirma. Para complicar a situação dos indígenas, durante a formação das

reservas Guaranis-caiuás foram misturadas várias tendências diferentes e famílias até mesmo inimigas entre si pelos tempos. "A convivência social foi prejudicada com essa arbitrariedade", argumenta.

Nereu diz que o índio se mata por desespero e não por gosto pela morte. A cultura indígena, segundo ele, não vê o fim da vida com festa ou motivo de comemoração. O que acontece é um profundo choque cultural entre a tradição indígena ensinada desde criança e a realidade desfavorável: "O índio fica sem perspectivas e entra em desespero", explica Nereu. Mas a angústia não acontece devido à falta de religiosidade, que, segundo o Cimi, continua elevada entre os indígenas. "Eles cultivam constantemente os traços religiosos que herdaram dos antepassados e respeitam bastante a morte, temendo inclusive a permanência do espírito do morto, nos dias após ao falecimento", conta.

nas, com fazendeiros. A principal região de conflito está localizada no município de Coronel Sapucaia, onde se localiza a reserva de Sete Cerros. Cerca de 250 índios ocupam 9 mil hectares da Fazenda Inhu Guassu. A área

está em litígio na Justiça Federal.

Esse problema se repete em outras reservas indígenas da região. O procurador geral da República, Aristides Junqueira, visitou Sete Cerros e prometeu ajudar os índios.